

Ao

Senhor Diretor-presidente da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Assessoria de Cadastro e Licitações - ASCAL/PRES,

Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - Bloco "A" 1º Andar - Conjunto Sede da NOVACAP

Processo nº: 00112-00009406/2019-36.

Pregão Eletrônico n. 26/2019

FCB TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob o CNPJ n. 01.796.430/0001-21, com sede no SCIA Quadra 10, Conjunto 02, Lote 01, Brasília-DF, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante legal, com fulcro no art. 26 do Decreto n. 5.450/2005, art. 4, XVIII, da Lei 10.520/2002 e no que couber, a Lei n. 8.666/93 e demais normas aplicáveis, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão que declarou a empresa **WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME** vencedora do Lote 9 do certame epigrafado desclassificando a recorrente, consoantes as razões de fato e de direito que passamos a aduzir.

I - BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A **NOVACAP** publicou edital para realização de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019**, objetivando contratação de empresa especializada na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão e remoção de árvores caídas, limpeza do local das

intervenções, trituração e transporte dos resíduos vegetais oriundos da operação, para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela Direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal, executado pelo Departamento de Parques e Jardins - DPJ da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e no Projeto Básico.

Dada a complexidade e extensão dos serviços almejados, o objeto da licitação foi dividido em 9 (nove) lotes com áreas distintas.

Após longa fase de habilitação das empresas melhores classificadas no Lote 9, a **FCB LOGÍSTICA**, quinta colocada na classificação geral, foi convocada para apresentar proposta e habilitação no Lote 9, respondendo prontamente a solicitação do Pregoeiro no Chat.

Ato contínuo, a empresa **WM PAISAGISMO** se manifestou no chat do sistema Licitacoes-e exigindo exercer o benefício assegurado as ME/EPP's por força da Lei Complementar n. 123/2006, por estar dentro da margem de preferência instituída no diploma legal e estar LEGALMENTE ENQUADRADA COMO ME/EPP.


“Bom dia senhor pregoeiro, a empresa WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME, vem informar que tem interesse em usufruir do tratamento diferenciado como MICROEMPRESA e cobrir a proposta da empresa FCB - TRANSPORTE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA”

Continua o envio de mensagens, justificando seu pleito:

“Levando em conta que a FCB - TRANSPORTE LOGISTICA E SERVICOS GERAIS LTDA não é ME ou EPP, oferecemos nossa proposta no valor de R\$ 4.224.000,00.”

Tal manifestação levou a desclassificação da FCB LOGÍSTICA, legítima classificada ao lote.

Com todo respeito à esta douta comissão de licitação, mas houve um grave equívoco na decisão que classificou e habilitou a Recorrida, conforme explanaremos claramente a seguir.



II - DA DECLARAÇÃO DE ME/EPP - USO INDEVIDO DO BENEFÍCIO - EMPATE FÍCTO - LEI COMPLEMENTAR 123/2006


A questão cinge-se de maneira sensível e, indubitavelmente, coloca em cheque a boa-fé da Recorrida.

Neste contexto, de maneira objetiva, temos alguns elementos que devem ser avaliados para que a **NOVACAP** reconsidere a decisão que classificou e habilitou a empresa **WM PAISAGISMO**, pois na data da abertura das propostas ela não poderia mais usufruir do benefício da Lei Complementar 123/2006 por estar desenquadrada como ME/EPP.

Isto porque, em novembro de 2019, a empresa já havia extrapolado o limite legal de faturamento anual de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), conforme se constata dos portais da Transparência Federal e do Distrito Federal.

Veja que somente no âmbito do Distrito Federal a empresa teve faturamento em 2019 na monta de R\$ 2.086.098,48 (Dois milhões oitenta e seis mil noventa e oito reais e quarenta e oito centavos). Link para consulta: <http://www.transparencia.df.gov.br/#/despesas/ordem-bancaria?ano=2019&codigoCredorCodificado=MjA4MzA4OTUwMDAxMDc%3D&nomeCredor=WM%20PAISAGISMO.%20URBANISMO%20E%20COMERCIO%20EIRELI%20-%20ME&tipoValorPago=pago-final>

Somado o valor acima apontado com o faturamento de contratos com órgãos federais, como é o caso dos contratos com a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB e CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A (lista anexa) executados e pagos em 2019, tem-se que o valor é muito superior ao valor permitido pela lei para usufruto do benefício. Link para consulta: <http://www.portaltransparencia.gov.br/contratos/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&ate=27%2F11%2F2019&fornecedor=19340431&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CdataAssinatura%2CdataPublicacaoDOU%2CdataInicioVigencia%2CdataFimVigencia%2CorgaoSuperior%2CorgaoEntidadeVinculada%2CunidadeGestora%2CformaContratacao%2CgrupoObjetoContratacao%2CnumeroContrato%2CnomeFornecedor%2CcpfCnpjFornecedor%2Csituacao%2CvalorContratado&ordenarPor=dataFimVigencia&direcao=desc>



Não obstante todas as provas robustas de faturamento, ainda, tem-se que, no mês de agosto de 2019 a Recorrida solicitou sua exclusão do SIMPLES NACIONAL, por comunicação da contribuinte (tela anexa).

A legislação obriga o contribuinte a comunicar a sua exclusão do Simples Nacional é relativa ao excesso de receitas, se dá quando a ME ou EPP excede o limite proporcional da receita bruta permitida para optantes pelo Simples Nacional, isto é, se dá quando a ME ou EPP excede o teto permitido (R\$ 4.800.000,00) dividido por 12 e multiplicado pela quantidade de meses (ou fração) desde a abertura da empresa até o mês corrente. Caso este limite seja excedido em mais de 20% a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do mês seguinte, e seus efeitos irão retroagir ao início das atividades da empresa, caso seja excedido em menos de 20% a comunicação deverá ser feita até o último dia útil do próximo mês de janeiro, a partir de quando serão produzidos também os seus efeitos.

Ainda, as regras para cancelamento da opção no SIMPLES são restritas e somente podem ser feitas por livre opção do requerente valendo apenas para o próximo ano calendário.

Veja esclarecimento da Receita Federal do Brasil (RFB) sobre este assunto:

2.10. Uma vez feita a opção pelo Simples Nacional, as ME e as EPP poderão solicitar o seu cancelamento? A opção pelo Simples Nacional é irrevogável para todo o ano-calendário, podendo a optante solicitar sua exclusão, por opção, **com efeitos para o ano-calendário subsequente**. No entanto, é possível o cancelamento da solicitação da opção enquanto o pedido estiver “em análise”, ou seja, antes do seu deferimento, e desde que realizado no Portal do Simples Nacional dentro do prazo para a opção. Esta hipótese de cancelamento não se aplica às empresas em início de atividade. (Base legal: art. 6º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.) <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/manual/PerguntasSN.pdf>

Desta feita, fica claro que o motivo do desenquadramento da empresa ocorreu pelo excesso de receitas acima dos limites permitidos.

Neste interim, vê-se que, tanto na data da abertura do certame quanto na data de sua manifestação, a Recorrida não poderia utilizar o benefício do empate fícto como o fez, se coadunando em declaração falsa que pode ser considerado como fraude à licitação.

O TCU possui jurisprudência consolidada no sentido de considerar que a emissão de declaração falsa de enquadramento na condição de ME ou EPP, constitui fraude à licitação e enseja a declaração de inidoneidade, conforme Acórdãos 568/2017; 1702/2017; 1797/2014; 1104/2014; 2858/2013; 1607/2013, todos do Plenário. Vejamos:

Acórdão 568/2017-Plenário

A emissão de declaração falsa de enquadramento na condição de empresa de pequeno porte, para a obtenção de tratamento diferenciado em licitações, constitui fraude à licitação e enseja a declaração de inidoneidade da empresa (art. 46 da Lei 8.443/1992).

Acórdão 2549/2019-Plenário

A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação, tipificada no art. 90 da Lei 8.666/1993, ensejando, por consequência, aplicação da penalidade do art. 46 da Lei 8.443/1992. A ausência de obtenção de vantagem pela empresa, no entanto, pode ser considerada como atenuante no juízo da dosimetria da pena a ser aplicada, em função das circunstâncias do caso concreto.

9. De início, friso que a jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que a prestação de declaração falsa para usufruto indevido do tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar 123/2006 caracteriza fraude à licitação e burla ao princípio constitucional da isonomia e à finalidade pública almejada pela lei e pela Constituição (fomento ao desenvolvimento econômico das micro e pequenas empresas) . Nesse sentido, por exemplo, pode ser citado o Acórdão 2.858/2013 - Plenário, relatado pelo Ministro Benjamin Zymler.

10. Aduzo que a prestação de declaração falsa em uma licitação, com o fim de usufruir indevidamente dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, não pode ser considerada um mero erro formal. Afinal, essa declaração versou sobre um aspecto substancial, concernente ao valor do faturamento bruto anual da empresa.

11. Cumpre frisar também que, consoante exposto, por exemplo, no Acórdão 824/2014 - Plenário, relatado pela Ministra Ana Arraes, a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade em razão de burla ao enquadramento de pessoa jurídica como microempresas ou empresas de pequeno porte independe do número de participações em licitações ou do valor efetivamente ganho na contratação.

Veja que, caso constatada o uso irregular do benefício por parte da Recorrida, ela deverá não apenas ser desclassificada do certame, mas responder a procedimento administrativo de penalidade.

Dado todos os robustos elementos aqui dispostos é que se requer diligência para comprovação do direito à preferencia declarado pela Recorrida, sob pena de ferir Princípios constitucionais basilares.

III – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – NÃO ATENDIMENTO

Destarte todos os elementos já lançados no bojo desse recurso, temos que nenhum dos contratos da Recorrida apresentam objeto similar ao da licitação.

Denominado “*condições de participação*”, a habilitação, enquanto fase procedimental, “*consiste no conjunto de atos orientados a apurar a idoneidade e a capacitação do sujeito para contratar com a administração pública*”¹.

Segundo Marçal Justen Filho, tais condições podem ser classificadas como genéricas ou específicas. Enquanto as condições específicas são definidas no Edital em função das características e peculiaridades de uma contratação, as genéricas são aquelas comuns a todos os procedimentos licitatórios e são “*aquelas exigidas no texto da Lei para toda e qualquer licitação, independentemente das circunstâncias de uma situação concreta*”.

Neste sentido, ao publicar o edital do Pregão Eletrônico nº 26/2019 a **NOVACAP**, além das comprovações básicas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, optou por selecionar licitante que atendesse aos critérios técnicos específicos, importantes à garantia de execução contratual do objeto licitado, por se tratar de serviços complexos.

Ocorre que ao analisar os atestados apresentados pela Recorrida, constata-se o não atendimento de itens básicos necessários à sua plena habilitação.

Ao consultar o portal da transparência (links acima) constata-se que a Recorrida não prestou nenhum serviço similar em quantitativo vultuoso, como exigido para habilitar-se.

Inclusive, o contrato firmado com a **NOVACAP** em 2016 demonstra que os serviços da **WM PAISAGISMO** se restringem a fornecimento de grama, não tendo qualquer expertise em serviços de poda de árvore.

Com efeito, estando o pregoeiro em dúvida quanto a qualquer documento apresentado, tem ele o poder-dever de efetuar diligências a fim de esclarecer o

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª Ed. São Paulo. Ed. ?Revista dos Tribunais : 2014. p. 632.

objeto da dúvida, podendo, inclusive, solicitar o envio de contratos e notas fiscais para garantir o Interesse Público.

Neste contexto, infere-se a necessidade da promoção de diligência, de modo a esclarecer /complementar a instrução processual em obediência ao comando do no § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

IV - DA AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E VINCULAÇÃO AO EDITAL

A situação observada configura claramente descumprimento de cláusula de habilitação expressamente prevista em edital e previsto em legislação, o que afronta o princípio da legalidade e vinculação ao edital.


Outrossim, o não atendimento de qualquer uma das exigências dispostas no instrumento convocatório configura-se como vício insanável e impassível de solução, devendo a proponente ser sumariamente desclassificada e inabilitada, por não ter condições mínimas de contratar com o órgão.

A habilitação é valor absoluto, que não comporta graus: ou o interessado preenche os requisitos ou não preenche. A exigência das condições de habilitação tem a finalidade de proporcionar ao Contratante segurança no tocante à aptidão da pessoa jurídica a ser contratada, objetivando, com isso, a qualidade e garantia na execução do objeto a ser contratado.

Ao habilitar licitante sem que se cumpram todas as exigências do instrumento convocatório, a NOVACAP fere de morte o Princípio da Vinculação ao Edital, ao qual se encontra estritamente obrigada a observar.

O Edital torna-se lei entre as partes tornando-o imutável, eis que, em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais o órgão alterá-lo até o encerramento do processo licitatório. Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa e a segurança jurídica.

No caso concreto em que se recorre nesta exordial, o desatendimento as regras editalícias é flagrante! Fato que jamais poderia ser mitigado com base nos princípios como o do formalismo moderado e da vantajosidade em detrimento dos princípios constitucionais preceituados no art. 37 da Carta Magna. Isto porque, o que se verifica não é a possibilidade de flexibilização na interpretação das exigências do edital, mas sim, a total inobservância destas pela recorrida, que, por consequência, coloca em xeque o próprio órgão licitante.




Assim, por todas as razões pormenorizadas até aqui apresentadas constata-se o descumprimento da proponente **WM PAISAGISMO** as exigências do edital, devendo ser reformada no todo a decisão que a declarou vencedora do Lote 9 do certame, sendo sua desclassificação medida que se impõe.

V - DOS PEDIDOS

Data vênia, pede e espera a procedência total do Recurso Administrativo interposto, para que seja reformada a decisão que classificou e habilitou a empresa **WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME** para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019.


Nestes termos REQUER-SE:

- a) Seja o presente recurso recebido no seu efeito suspensivo e reconhecida sua tempestividade na forma da lei;
 - b) Seja reformada a decisão que declarou vencedora a licitante **WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME**, pois como demonstrado, houve equívoco na sua classificação como ME/EPP e no julgamento dos documentos técnicos apresentados, uma vez que a licitante **NÃO COMPROVOU O ATENDIMENTO AOS ITENS RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, devendo ser declarada sua inabilitação para o Lote 9 do Pregão Eletrônico n. 26/2019;
 - c) Caso seja constatada a litigância de má-fé em sua declaração como ME/EPP, que seja iniciado processo administrativo para apuração da conduta da Recorrida;
 - d) Seja realizada diligência para averiguar o conteúdo dos atestados apresentados pela **WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME**;
 - e) Que seja convocada a empresa **FCB TRANSPORTE LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA**, legítima classificada ao Lote 9 para apresentação de proposta, após desclassificação da recorrida.
- 

e) Em caso de indeferimento do que ora se postula, observe o comando legal, fazendo subir, devidamente instruído, os autos a autoridade competente.

Nestes termos
Pede e espera deferimento

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2020.



Flavio Rodrigues Barcelos
Sócio-gerente

Filtro	+ Mais itens	Exportar	Compartilhar	Fale Conosco	Avalie o portal	
① CNPJ/CNPJ CREDOR =	② CREDOR =			③ EMPENHADO =	④ LIQUIDADO =	⑤ TOTAL PAGO =
TOTAL				3.083.655,85	2.175.739,23	2.086.098,48
20830895000107		WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI - ME		3.083.655,85	2.175.739,23	2.086.098,48



31/01/2020

Detalhamento do contrato - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

Fornecedor: 20.830.895/0001-07 - WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME

LIMPAR

Dados atualizados até: 03/01/2020

DETALHAR	DATA ASSINATURA CONTRATO	DATA PUBLICAÇÃO DOU	DATA INÍCIO VIGÊNCIA	DATA FIM VIGÊNCIA	UNIDADE GESTORA CONTRATANTE	GRUPO DE OBJETO DE CONTRATAÇÃO	NÚMERO DO CONTRATO	NOME DO FORNECEDOR	CPF / CNPJ DO FORNECEDOR	SITUAÇÃO	VALOR CONTRATADO
Detalhar	22/10/2019	24/10/2019	22/10/2019	22/10/2020	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Serviços	56/2019	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Retificação - Publicado	4.679.197,08
Detalhar	30/04/2019	30/04/2019	30/04/2019	30/10/2019	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	88656/2019	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	436.480,00
Detalhar	27/07/2018	31/07/2018	27/07/2018	27/07/2019	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	Serviços	624/2018	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Publicado	3.512.017,50
Detalhar	25/06/2018	25/06/2018	25/06/2018	22/12/2018	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	1707/2018	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	329.998,70
Detalhar	26/04/2018	26/04/2018	26/04/2018	25/07/2018	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	1679/2018	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	199.199,71
Detalhar	25/10/2017	25/10/2017	25/10/2017	25/04/2018	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	1570/2017	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	182.829,38
Detalhar	25/10/2017	25/10/2017	25/10/2017	25/04/2018	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	1574/2017	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	205.535,87
Detalhar	22/08/2017	22/08/2017	22/08/2017	31/12/2017	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	Outros	1515/2017	WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME	20.830.895/0001-07	Fechado	108.702,33

Simple Nacional - Consulta Optantes

Data da consulta: 28/01/2020

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ : 20.830.895/0001-07

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial : WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMERCIO EIRELI ME

Situação Atual

Situação no Simples Nacional : **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI**

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/01/2019	31/08/2019	Excluída por Comunicação Obrigatória do Contribuinte
11/08/2014	31/12/2016	Excluída por Comunicação Obrigatória do Contribuinte

Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Agendamentos (Simples Nacional)

Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**

Eventos Futuros (SIMEI)

Eventos Futuros no SIMEI: **Não Existem**

